

EDITAL 90005/2026

Processo nº 00228.001841/2026-17

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026		Data de Abertura: 02/06/2026 às 09h (horário de Brasília) https://www.gov.br/compras/pt-br/	
Objeto			
Contratação de empresa especializada para o fornecimento, personalização e entrega de materiais institucionais personalizados, compreendendo brindes, impressos e itens de identificação visual destinados às ações alusivas à XXI Semana de Enfermagem 2026, promovida pelo Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas – COREN-AM, conforme condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidos neste Edital e em seus anexos.			
Valor Global Estimado			
R\$ 43.250,00 (quarenta e três mil duzentos e cinquenta reais)			
Vistoria*	Instrumento Contratual		Forma de Adjudicação
Não	Contrato		Lote Único
* AS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA VISTORIA DO LOCAL INDICADO PELA LICITANTE ESTÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA.			
Requisitos Básicos:		Requisitos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">- SICAF ou documentos equivalentes, na forma da lei;- Habilitação jurídica;- Regularidade fiscal, social e trabalhista;- Qualificação econômico-financeira;- Qualificação técnica;- Declarações exigidas no Edital;- Proposta de preços com as informações e especificações exigidas no Termo de Referência.		<ul style="list-style-type: none">- Outros documentos expressamente exigidos no instrumento convocatório e em seus anexos.	
* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado no item do instrumento convocatório acima indicado.			
Prazo para envio da proposta/documentação			
Até 2 (duas) horas após a convocação realizada pelo agente de contratação.			
Impugnações e pedidos de esclarecimento			
Até 3 (três) dias úteis anteriores ao dia de abertura do certame.			
Observações Gerais			

- A disputa dar-se-á pelo **modo aberto** e os lances deverão respeitar o **intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo)**.
- O licitante que não cumprir as exigências estabelecidas no Edital está sujeito às penalidades descritas no Edital.
- Critério de julgamento: Menor preço global.
- Forma de adjudicação: Lote único.
- Modo de disputa: Aberto.
- Regime de execução: Execução indireta.
- Instrumento de formalização: Contrato administrativo.
- Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública.
- Prazo para envio da proposta ajustada e documentos complementares: 2 (duas) horas, contadas da convocação do pregoeiro no sistema, admitida prorrogação motivada.
- Impugnações e pedidos de esclarecimento: até 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública, na forma prevista neste Edital.

PREÂMBULO

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAZONAS – COREN-AM, autarquia federal, inscrito no CNPJ sob o nº 04.667.846/0001-30, com sede na Rua Tapajós, nº 350, Centro, Manaus/AM, CEP 69010-150, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria Coren-AM nº 879/2025, torna público que realizará licitação, na modalidade **Pregão**, na forma **eletrônica**, com critério de julgamento **menor preço global**, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, e demais normas aplicáveis.

A sessão pública será realizada na data, horário e endereço eletrônico indicados no quadro-resumo deste Edital.

Se não houver expediente ou ocorrer fato superveniente que impeça a realização da sessão na data marcada, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento, personalização e entrega de materiais institucionais personalizados, compreendendo brindes, impressos e itens de identificação visual destinados às ações alusivas à XXI Semana de Enfermagem 2026, promovida pelo Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas – COREN-AM, conforme condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidos neste Termo de Referência e em seus anexos.

2. DA FORMA DE JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO

2.1. O julgamento das propostas será pelo critério de **menor preço global**, com adjudicação por **lote único**.

2.2. O agrupamento dos serviços em lote único decorre da necessária integração operacional, logística e temporal entre as prestações que compõem a solução, da centralização da responsabilidade executiva, da racionalização da fiscalização contratual e da mitigação de riscos aptos a comprometer a realização do evento, tais como atrasos de montagem, incompatibilidade entre fornecedores, falhas de comunicação, descontinuidade da execução e prejuízo à programação.

2.3. O parcelamento do objeto, no caso concreto, mostra-se inadequado sob os aspectos técnico e operacional, uma vez que a execução satisfatória da contratação exige coordenação centralizada, gerenciamento unificado e responsabilidade única perante a Administração, sem prejuízo da competitividade, desde que preservadas a descrição objetiva do objeto e a ampla participação dos interessados.

3. DO PREÇO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 43.250,00 (quarenta e três mil duzentos e cinquenta reais)**, conforme planilha de custos constante do Termo de Referência.

3.2. O valor estimado servirá como parâmetro de aceitabilidade das propostas, observadas as disposições deste Edital e da legislação aplicável.

3.3. Nos preços propostos deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, logísticos, seguros e quaisquer outros custos incidentes.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas legalmente constituídas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado e que atendam às exigências deste Edital e seus anexos.

4.1.1. Não poderão participar desta licitação:

4.1.2. I – aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.3. II – autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a licitação

versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.1.4. III – empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;

4.1.5. IV – pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.1.6. V – aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.1.7. VI – empresas em dissolução, liquidação ou situação equivalente, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas;

4.1.8. VII – pessoas físicas, quando incompatíveis com a estrutura mínima exigida para a execução do objeto.

5. DO TRATAMENTO DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS

5.1. Aplicam-se a esta licitação, no que couber, as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.

5.2. As licitantes que se enquadrarem como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas deverão declarar, em campo próprio do sistema, que atendem aos requisitos legais para fruição do tratamento favorecido previsto na legislação.

5.3. A ausência da declaração a que se refere o subitem anterior importará renúncia aos benefícios legalmente previstos.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento no sistema eletrônico deverá ser realizado previamente, na forma das regras estabelecidas pela plataforma oficial adotada para a realização do certame.

6.2. O uso da senha de acesso ao sistema é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. A proposta deverá ser cadastrada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário fixados para a abertura da sessão pública.

7.1.1. A proposta deverá conter, no mínimo:

7.1.2. I – valor global do lote;

7.1.3. II – descrição do objeto ofertado em conformidade com as especificações do Termo de Referência;

7.1.4. III – declaração de que estão inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto;

7.1.5. IV – prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias.

7.1.6. A proposta deverá observar integralmente as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, inclusive quanto ao espaço físico, alimentação, infraestrutura, recursos humanos, materiais institucionais, cobertura audiovisual, transmissão e apoio logístico.

7.1.7. A identificação completa da licitante e a planilha detalhada da proposta ajustada serão exigidas apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após o encerramento da etapa competitiva, na forma deste Edital.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES

- 8.1. Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade das propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 8.2. As propostas classificadas participarão da etapa de lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.3. Os lances deverão ser ofertados pelo **valor global do lote**.
- 8.4. A etapa de lances ocorrerá pelo **modo de disputa aberto**, nos termos da regulamentação aplicável.
- 8.5. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 8.6. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, por meio do sistema eletrônico.
- 8.7. Encerrada a negociação, o pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado o envio da proposta ajustada ao último lance, no prazo de **até 2 (duas) horas**, admitida prorrogação motivada.
- 8.8. **A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.8.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.8.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.8.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.
- 8.16. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 8.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma

última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.17.2. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.17.3. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.17.4. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.17.5. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.18. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por: empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize; empresas brasileiras;

8.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.19.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

8.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.19.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.19.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de julgamento, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço, à exequibilidade e à adequação ao objeto.

9.1.1. Previamente à habilitação, o Pregoeiro verificará a inexistência de impedimento à participação no certame ou à futura contratação, mediante consulta aos cadastros oficiais pertinentes, especialmente:

9.1.2. I – SICAF;

9.1.3. II – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

9.1.4. III – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;

9.1.5. IV – Cadastro Nacional de Licitantes Inidôneos e Suspensos do Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.6. V – demais cadastros impeditivos legalmente aplicáveis.

9.1.7. As consultas serão realizadas em nome da licitante e, quando cabível, de seus sócios ou administradores, nos termos da legislação aplicável.

9.1.8. Constatada a existência de impedimento à participação ou à contratação, a licitante será inabilitada, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

10. DOS DOCUMENTOS DA DA HABILITAÇÃO

10.1. Encerrada a fase de julgamento, será exigida da licitante classificada em primeiro lugar a documentação de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica.

10.2. Da habilitação jurídica:

10.2.1. a) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual;

10.2.2. b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias;

10.2.3. c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

10.2.4. d) documentos de eleição ou designação dos administradores, quando aplicável;

10.2.5. e) autorização para funcionamento no País, quando se tratar de sociedade estrangeira em funcionamento no País;

10.2.6. f) documentos relativos à filial, sucursal ou agência, quando cabíveis.

10.3. Regularidade fiscal, social e trabalhista

10.3.1. A licitante deverá apresentar:

10.3.2. a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

10.3.3. b) prova de regularidade perante a Fazenda Nacional;

10.3.4. c) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

10.3.5. d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

10.3.6. e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, distrital ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.7. f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da licitante, quando cabível;

10.3.8. g) prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, quando cabível.

10.4. Qualificação econômico-financeira

10.4.1. a) certidão negativa de falência;

10.4.2. b) certidão negativa de insolvência civil, quando cabível;

10.4.3. c) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral superiores a 1;

10.4.4. d) caso a licitante apresente resultado igual ou inferior a 1 em qualquer desses índices, poderá ser exigido patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação;

10.4.5. e) empresas constituídas no exercício financeiro poderão apresentar balanço de abertura, na forma da lei.

10.5. **Qualificação técnica**

10.6. A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.6.1. Poderá ser admitido o somatório de atestados, desde que reste demonstrada, de forma inequívoca, a capacidade operacional da licitante para executar o objeto da contratação.

11. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. É vedada a subcontratação do objeto.

12. **DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1. Homologado o resultado, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato administrativo no prazo fixado pela Administração.

12.2. A recusa injustificada em assinar o contrato, no prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.0.1. Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo de outras previstas neste Edital, no Termo de Referência e no contrato:

13.0.2. I – executar o objeto com qualidade, eficiência, pontualidade e segurança;

13.0.3. II – disponibilizar equipe adequada e qualificada durante toda a execução;

13.0.4. III – fornecer todos os materiais, equipamentos, insumos, transporte, alimentação, uniformes e demais meios necessários;

13.0.5. IV – reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, os serviços, materiais ou equipamentos executados em desconformidade;

13.0.6. V – responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução contratual;

13.0.7. VI – manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas;

13.0.8. VII – observar as normas de segurança do trabalho, saúde, acessibilidade, higiene, vigilância sanitária e proteção ambiental aplicáveis;

13.0.9. VIII – prestar imediatamente os esclarecimentos solicitados pela Administração;

13.0.10. IX – cumprir as normas internas do contratante que lhe forem formalmente comunicadas e guardem pertinência com a execução contratual.

14. **DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

14.1. O contrato será acompanhado e fiscalizado por gestor e fiscal(is) designados pela Administração.

14.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução, registrará as ocorrências, notificará a contratada para correções e comunicará ao gestor as situações que ultrapassarem sua competência.

14.3. O gestor do contrato coordenará o acompanhamento da execução, analisará os registros da fiscalização, acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada e adotará os atos necessários à liquidação, pagamento e eventual responsabilização contratual.

15. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15.1. A medição dos serviços será realizada com base na execução efetiva do objeto, observados os itens, quantitativos, especificações e etapas previstos no Termo de Referência, mediante verificação da fiscalização e aceite da Administração.

15.1.1. Para fins de medição e pagamento, a contratada deverá comprovar, conforme o caso:

15.1.2. I – a disponibilização e o regular funcionamento dos ambientes, equipamentos e estruturas contratadas;

15.2. II – a execução dos serviços de montagem, operação, suporte e desmontagem;

15.3. III – a entrega e aprovação dos materiais gráficos e institucionais;

15.4. IV – a prestação dos serviços de cobertura audiovisual, transmissão, fotografia e filmagem, com entrega dos respectivos produtos;

15.5. V – a execução integral dos serviços de alimentação, inclusive reposição e suporte durante a programação;

15.6. VI – a disponibilização dos recursos humanos previstos;

15.7. VII – a observância dos horários, quantidades e padrões mínimos de qualidade exigidos.

15.8. A comprovação da execução poderá ocorrer por meio de relatório da fiscalização, checklist, registros fotográficos, arquivos digitais, comprovantes de entrega, relatórios operacionais, links de transmissão, mídias produzidas e demais evidências pertinentes.

15.8.1. O pagamento observará o valor efetivamente devido após a aferição da execução, podendo haver glosa proporcional, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando constatado:

15.8.2. I – descumprimento parcial do objeto;

15.8.3. II – execução em desacordo com as especificações;

15.8.4. III – utilização de materiais, equipamentos ou recursos humanos em quantidade ou qualidade inferior à exigida;

15.8.5. IV – atraso injustificado que comprometa a programação ou a utilidade do serviço;

15.8.6. V – não entrega de produtos ou evidências exigidas para o aceite.

15.8.7. Nenhum pagamento será efetuado quanto à parcela do objeto rejeitada, pendente de correção ou executada em desconformidade, até a regularização da ocorrência.

16. DO RECEBIMENTO

16.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

16.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, após verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

16.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações constantes deste Edital, do Termo de Referência ou da proposta.

17. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

17.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogável por igual período, mediante justificativa.

17.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

17.3. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, inclusive por consulta ao SICAF, quando aplicável.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante ou contratado que praticar infração administrativa ficará sujeito às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.2. Poderão ser aplicadas, conforme o caso, as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos da legislação aplicável.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

19.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital ou solicitar esclarecimentos, nos prazos e na forma previstos na legislação e no sistema eletrônico adotado.

19.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações passarão a integrar este Edital para todos os efeitos legais.

20. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

20.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, de forma imediata e motivada, a intenção de recorrer, na forma e no prazo definidos pelo sistema eletrônico e pela legislação aplicável.

20.2. A ausência de manifestação imediata e motivada importará decadência do direito de recurso.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A participação na presente licitação implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

21.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com apoio dos setores técnicos e jurídicos competentes, à luz da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

21.3. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Amazonas, para dirimir questões decorrentes deste certame, ressalvadas as hipóteses legais de competência diversa.

22. DOS ANEXOS

22.1. Integram este Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

22.1.1. Anexo I - Termo de Referência (SEI nº 1667151).

22.1.2. Anexo II - Minuta de Contrato (SEI nº 1668911).

WALDEMBERG GUIMARÃES TIAGO - Matrícula 045

Chefe da Comissão Permanente de Licitação



Documento assinado eletronicamente por **WALDEMBERG GUIMARAES TIAGO - Matr. 000045, Chefe da Comissão Permanente de Licitação**, em 18/05/2026, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cofen.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1777059** e o código CRC **13EAF9AF**.

Rua Tapajós, 350, - Bairro Centro, Manaus/AM

CEP 69010-150 Telefone:

- www.corenam.gov.br